

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram, de um lado, o SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA CNPJ 15.246.044/0001-73, e do outro lado, O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JAGUAQUARA e município de BREJÕES CRAVOLÂNDIA, ITAMARI, ITAQUARA, JAGUAQUARA, JEQUIRIÇÁ, LAJE, MILAGRES, MUNIZ FERREIRA, MUTUÍPE, NOVA IBIÁ, PRESIDENTE TANCREDO NEVES, SANTA INÊS, SANTA TEREZINHA, SANTO ESTEVÃO, SÃO MIGUEL DAS MATAS, TEOLANDIA, UBAÍRA, E WENCESLAU GUIMARÃES CNPJ: 03.364.501/0001-45 representado, neste ato, pelos seus Presidentes, devidamente autorizados pôr suas assembléias, mediante as cláusulas adiante expostas, que mutuamente aceitam:

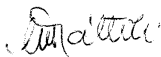
CLÁUSULA 1ª **AUMENTO SALARIAL** - As empresas concederão aos seus empregados com salário acima do piso reajuste salarial que obedecerá ao seguinte calculo e terá vigência a partir 01º de fevereiro/11 A)5,39%(Cinco inteiros e Trinta e nove por cento) da variação do INPC/IBGE acumulado no período de 01 de novembro 2009 a 31 de outubro de 2010 incidentes sobre os salários efetivamente pagos em 01 de novembro de 2009, compensando-se todas antecipações legais e compensando-se todas as antecipações legais e espontâneas ocorridas no aludido espaço de tempo.

CLÁUSULA 2ª **PISO SALARIAL** - A partir de 1º de fevereiro de 2011, fica garantido um piso salarial pôr função nos seguintes valores: a) R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) para os empregados com mais 03 (três) meses consecutivos na mesma empresa que exerçam as funções de: office boy, faxineiro, carregador, copeiro, vigia, empacotador, entregador, servente e similares. b) R\$ 555,00 (quinhentos e cinqüenta e cinco reais) para os demais empregados com mais de 03 (três) meses consecutivos na mesma empresa.

PARAGRAFO ÚNICO – Fica assegurado entre as entidades convenientes a majoração dos pisos salariais previsto nesta clausula a partir de fevereiro de 2011 quando será celebrado em termo aditivo os novos valores.

CLÁUSULA 3ª. **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS**-Os empregados participarão nos lucros de suas empresas empregadoras, na forma estabelecida na lei 10.101/00.

CLÁUSULA 4ª **TRIÊNIO** - A título de gratificação adicional pôr tempo de serviço, as empresas pagarão aos seus empregados, para cada três anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 3% (três por cento) do respectivo salário, limitado cada triênio ao valor equivalente ao de um salário mínimo legal.





CLÁUSULA 5ª **QUEBRA DE CAIXA** - A título de quebra de caixa, as empresas, mensalmente, pagarão desde que seja ao mesmo empregador e somente para os que exercerem a função de caixa. 10% (dez pôr cento) do salário mínimo aos seus empregados com efetivo tempo de serviço inferior a 03(três) meses, e 10% (dez pôr cento) do respectivo salário, para os que possuam tempo superior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica desobrigado deste pagamento, as empresas que não descontarem de seus empregados às diferenças que ocorrerem no caixa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade, na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - obrigam-se os empregadores a não promoverem desconto do salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques pôr eles recebidos, sustados, sem provisão de fundos, desde que observadas as normas da empresa.

CLÁUSULA 6ª **EMPREGADOS COMISSIONISTA** - Os empregados que perceberem salário na base de comissão serão regidos pôlos seguintes dispositivos: A) Os empregadores anotarão na CTPS o percentual da comissão; B) As verbas de férias, 13º salário, salário maternidade e aviso prévio serão apurados pelo somatório dos últimos doze meses divididos pôr doze; C) O comissionado não é responsável pelo inadimplemento dos compradores nas vendas a prazo, não podendo haver qualquer desconto nas comissões, desde que o empregado tenha efetivado a venda, atendido as regras da empresa; D) O empregado remunerado pôr comissão terá garantido a percepção, em cada mês, de remuneração mínima equivalente a um piso salarial, previsto na cláusula segunda; E) O vendedor comissionado não está obrigado a tarefas de carga e descarga de mercadorias, nem na lavagem das instalações do estabelecimento da empresa; F) Para os empregados que recebem salário fixo mais comissão, e os apenas comissionistas, os cálculos para pagamento do triênio, obedecerão aos seguintes critérios: através do somatório do salário base e comissão sobre o resultado encontrado, aplicar-se-á o percentual de 3% (três pôr cento) a título de triênio. Para os que recebem apenas pôr comissão, os percentuais se aplicam sobre os valores das comissões recebidas, logicamente observadas e respeitados os limites impostos e explicitados na cláusula 4ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Adalberto

CLÁUSULA 7ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - Com exceção dos empregados admitidos em caráter de experiência e nas hipóteses de pedido de demissão ou dispensa pôr justa causa, assegura-se estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

- A) GESTANTE - Desde a notificação da gravidez até 90 (noventa) dias após o termino da licença previdenciária.
- B) PRÉ - APOSENTADO - Nos doze últimos meses que antecedem data de aquisição do direito à aposentadoria voluntária;
- C) ACIDENTADOS - Desde a comunicação do acidente até que se complete um ano após a cessação do auxílio acidente.

CLÁUSULA 8ª UNIFORMES - As empresas, na medida em que exijam, fornecerão, anualmente dois uniformes, sendo responsável pela regulamentação do uso em serviço.

CLÁUSULA 9ª JORNADA DOS COMERCÍARIOS - A jornada normal do Comerciário permanece de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 08 (oito) horas pôr dia, permitindo a compensação da duração diária do trabalho, obedecidas às exigências e formalidades legais e dos seguintes itens:

- A) Manifestação pôr escrito do empregado, mediante instrumento individual ou plúrimo, no qual constará a jornada a ser cumprida e aquela a ser suprida pela compensação.
- B) As horas acrescidas em um ou mais dias da semana, será devidamente compensadas, não serão remuneradas como extras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As horas extras do Comerciário serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta pôr cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregadores fornecerão, gratuitamente, um lanche aos empregados convocados para o trabalho suplementar, com duração superior a 02 (duas) horas.

CLÁUSULA 10ª EMPREGADO ESTUDANTE - O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta situação, gozará das seguintes prerrogativas: A) A jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao seu comparecimento às aulas. B) atendidas as suas conveniências, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante com o período de férias escolares. C) Serão consideradas justificadas, sem necessidade de compensação as faltas ao serviço

Attol

decorrente de realização de exames vestibulares, desde que comprovado e cientificado o empregador, 48 horas antes.

CLÁUSULA 11ª - RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO -A rescisão dos contratos de trabalho será regida pelos seguintes princípios: A) Empregados com mais de 45 anos de idade, que prestam serviços ao mesmo empregador por tempo igual ou superior a 5(cinco) anos, quando dispensados sem justa causa, terão direitos a aviso prévio de 60 (sessenta) dias. B) O empregado que pedir demissão e conceder o aviso prévio, desde que já tenha cumprido 1/3 do respectivo prazo, ficará dispensado do cumprimento do restante, na hipótese de comprovadamente obter novo emprego. C) Desde que solicitado, as empresas fornecerão carta de referência. D) Os empregadores se obrigam a fornecer aos empregados, por ocasião da rescisão contratual, a relação dos salários de contribuição (formulário SB-13), em duas vias.

CLÁUSULA 12ª FERIADO DO COMERCÁRIO -No ano de 2011, a 1ª segunda feira do mês de março de 2011 (07/03/2011) será considerado feriado do Trabalhador Comerciário, onde os comerciários serão liberados do trabalho, sem prejuízo para a remuneração, nem do repouso semanal remunerado.

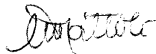
CLÁUSULA 13ª TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS-Os empregadores fornecerão aos funcionários que trabalharem domingos e feriados as horas trabalhadas de acordo com a cláusula 9ª parágrafo Primeiro ou optarem por folga compensatória em escala a ser elaborada pela empresa nos trinta dias subseqüentes.

PARAGRAFO ÚNICO- Os feriados de 1º de maio/2011, 07 de setembro/2011, fica proibido o trabalho nesses dias e nessas datas.

CLÁUSULA 14ª- FILIAÇÃO/DIVULGAÇÃO- Os representantes sindicais, devidamente credenciados, poderão, em dia, hora e local previamente acordado com as empresas, nelas comparecerem para filiação de novos sócios.

CLÁUSULA 15ª DIVULGAÇÃO-A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

CLÁUSULA 16ª VÉSPERA DE NATAL E ANO NOVO - Nos dias 24 e 31 de dezembro, véspera de Natal e Ano Novo, o comércio funcionará normalmente até no máximo 18: horas.



CLÁUSULA 17ª - DIRIGENTES SINDICAIS / REPRESENTANTE SINDICAL - A empresa que tiverem nos seus quadros, empregados que seja dirigente sindical, liberará apenas um para ficar à disposição da Federação.

CLÁUSULA 18ª - SUBSTITUIÇÃO - Em caso de substituição não eventual, mesmo na função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

CLÁUSULA 19ª *MULTA* - Fica estipulada a multa de um piso salarial para o caso de inadimplemento de cláusulas desta convenção a ser revertida em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA 20ª *TAXA ASSISTENCIAL* Serão pagas as entidades sindicais: as seguintes taxas assistenciais: A) Em favor do Sindicato laboral .Os empregadores descontarão dos seus empregados 1 % (um por cento) do salários percebidos nos meses de novembro 2010 ,dezembro de 2010, fevereiro 2011, abril de 2011 , maio 2011, junho de 2011, julho 2011, agosto de 2011, setembro de 2011, e outubro de 2011, mediante recolhimento bancário através de guias fornecidas pelo Sindicato favorecido até décimo dia do mês subsequente ao desconto . O não recolhimento no prazo determinado implicará em juros de R\$ 0,10(dez centavos) e multa de 2%(dois por cento) sobre o total do débito mensal. A.2) O empregado poderá opor-se ao desconto previsto nesta cláusula, devendo para tanto comparecer a sede da entidade e manifestar individualmente esta condição através de formulário fornecido pelo sindicato em até 10 (dez) dias contados da assinatura da presente convenção coletiva de trabalho. B) Em favor do Sindicato Patronal: As empresas deverão recolher em favor do SINDILOJAS/BA importância de R\$ 25,00(vinte e cinco reais), podendo as guias ser emitidas pelo nosso site www.sindilojasbahia.com.br B.1) A taxa assistencial deve ser paga o dia 30 de abril de 2011, sujeitando-se o não recolhimento nos prazos estabelecidos, as cominações legais. B.2) Ficam isentos da contribuição os associados atualizados com sua mensalidade.

CLAUSULA 21- *COMPENSAÇÃO* -Faculta-se às empresas a adoção de compensação de horas trabalhadas, pelo qual poderá ser dispensado o acréscimo do salário, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de trinta dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado os limites máximos de dez horas diárias, e vinte e cinco horas no mês, sob pena de pagamento das horas trabalhadas, como extra, na forma deste instrumento. As empresas,

[Assinatura]

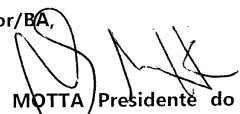
60
157
30
[Assinatura]


independente do regime de compensação, adequarão as jornadas de trabalho aos limites legais.

CLÁUSULA 22ª DATA BASE / VIGÊNCIA - Esta convenção coletiva de trabalho vigora de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011, mantida a data base no mês de novembro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As entidades subscritoras dessa convenção poderão, a qualquer tempo, na forma da lei, desenvolver negociações sobre as cláusulas aqui convencionadas, ou outras condições de trabalho. E pôr estarem de pleno acordo, assinam o presidente em três vias de igual teor, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador/BA,


PAULO MOTTA Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia
CPF- 024.977.945-53


CELIA MARIA REZENDE DATTOLI Presidente do Sindicato dos Empregados no Comercio de JAGUAQUARA e município de BREJOES CRAVOLÂNDIA, ITAMARI, ITAQUARA, JAGUAQUARA, JEQUIRICÁ, LAJE, MILAGRES, MUNIZ FERREIRA, MUTUIPE, NOVA IBIÁ, PRESIDENTE TANCREDO NEVES, SANTA INÉS, SANTA TEREZINHA, SANTO ESTEVÃO, SÃO MIGUEL DAS MATAS, TEOLÂNDIA, UBAIRA, E WENCESLAU GUIMARÃES.
CPF: 244.051.835-20

NUDPRO/SRTE-BA
46204.001886/2011-84

Jaguaquara/BA
11 de Fevereiro de 2011

AO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA SALVADOR – BAHIA.

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JAGUAQUARA/BA, CNPJ sob nº. 03.364.501/0001-45, com estabelecimento na Rua Avelar, 112, Centro, CEP 45345-000, por sua Presidente a Sr^a. **CELIA MARIA REZENDE DATTOLI**, sob nº. CPF 244.051.835.20 registro Sindical nº. 005.082.97968-6 e **SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMERCIO DO ESTADO DA BAHIA**, sob CNPJ nº. 15.246.044/0001-73, por seu Presidente Sr. **PAULO MOTTA**, sob CPF nº. 024.977.945-5, em cumprimento ao disposto do art. 614 da CLT, solicitam depósito da aduzida convenção coletiva, firmada em 11 de fevereiro de 2011.

Portanto, solicita registro e posterior arquivamento da presente Convenção Coletiva de Trabalho e aditivo, autorizados pela Assembléia Geral, realizada, na sede do Sindicato dos Lojistas do Comercio do Estado da Bahia, na cidade de Salvador – Bahia, no dia 11 de fevereiro de 2011, a categoria comerciária que aprovou as cláusulas pactuadas e firmadas pelos representantes legais.

Para tanto, apresenta uma via original do Instrumento a ser depositado, registrado e arquivado.


Jaguaquara (Ba), 11 de fevereiro de 2011.



CELIA MARIA REZENDE DATTOLI
Presidente do Sindicato dos Empregados

AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

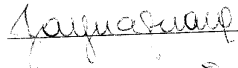
Nº DA SOLICITAÇÃO: MR009303/2011 
Chefe do NUDPRO - SRTE/BA
Mat. 1100733NUDPRO/SRTE-BA
46204.003128/2011-09


SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JAGUAQUARA, CNPJ n. 03.364.501/0001-45, localizado (a) à Praça J.J. Seabra, 112, RUA AVELAR, Centro, Jaguaquara/BA. CEP 45.345-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). CELIA MARIA REZENDE DATTOLI, CPF n. 244.051.835-20, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 23/02/2011 no município de Jaguaquara/BA;

E


SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMERCIO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ n. 15.246.044/0001-73, localizado (a) à Rua Rodrigues Alves, 18, Ed. Santa Casa Misericórdia, Comércio, Salvador/BA, CEP 40.015-310, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). PAULO SCHETTINI MOTTA, CPF n. 024.977.945-53, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 23/02/2011 no município de Salvador/BA;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR009303/2011, na data de 11/03/2011, às 15:48:24.

 11 de março de 2011.


CELIA MARIA REZENDE DATTOLI
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JAGUAQUARA


PAULO SCHETTINI MOTTA
Presidente

SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMERCIO DO ESTADO DA BAHIA